

continuação

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes

transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 2 de março de 2017.

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0
José Luiz de Faria - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Pronto Socorro do Engenho Novo - Barueri/SP

CNPJ/MF nº 24.232.886/0143-89

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				Passivo e patrimônio líquido		
Ativo	Nota	2.016	2.015	Nota	2.016	2.015
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixas	4	3.359.661	3.048.907	8	312.416	249.951
Contas a receber	5	1.828.803	1.611.004	9	558.763	744.713
Estoques	6	163.356	138.115	10	1.169.945	1.104.286
Outros ativos circulante		119.679	107.514		97.694	90.314
		5.471.499	4.905.540		4.804.236	3.983.490
Não Circulante						
Imobilizado	7	447.707	490.505			
Intangível	7	105.131	159.878			
Subvenções a realizar	7	(516.482)	(650.383)	13	515.042	376.810
		36.356	-		515.042	376.810
Total do Ativo		5.507.855	4.905.540			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais						
	Patrimônio social	Superávit(déficit) do exercício	Total			
Em 01 de Janeiro de 2.015	69.768	1.376.286	1.446.054			
Transferência	1.376.286	(1.376.286)	-			
Déficit do exercício	-	(900.814)	(900.814)			
Em 31 de Dezembro de 2.015	1.446.054	(900.814)	545.240			
Transferência	(900.814)	900.814	-			
Déficit do exercício	-	(356.663)	(356.663)			
Em 31 de Dezembro de 2.016	545.240	(356.663)	188.577			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras						
Exercício findo em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015						
Cifras apresentadas em reais.						
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, facultades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstica ou a administração própria dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Pronto Socorro do Engenho Novo - Barueri/SP: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 1º de agosto de 2.013, celebrou com a Prefeitura do Município de Barueri, o contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Pronto Socorro do Engenho Novo em Barueri, com vigência de 12 (Doze) meses, podendo ser renovado pelo mesmo prazo, até o limite máximo de 05 (cinco) anos. Em 16 de outubro de 2015, as partes assinaram o segundo termo aditivo ao contrato de gestão, que reduziu o repasse das subvenções para o custeio mensal e dos investimentos na unidade. Consequentemente, a partir de agosto de 2015, a Administração implantou medidas para reduzir os gastos mensais, sem prejudicar o atendimento a população. Em 27 de abril de 2016, as partes assinaram o terceiro termo aditivo ao contrato de gestão, que reduziu novamente o repasse das subvenções para o custeio mensal e dos investimentos na unidade. Novamente, a partir de maio de 2016, a Administração implantou medidas para reduzir os gastos mensais, de acordo com escopo sugerido pela Secretaria Municipal de Saúde de Barueri, sem prejudicar o atendimento a população. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 24 de Fevereiro de 2.017. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, quando constituídas, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. Imobilizado: Demonstra o valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. Intangível: Demonstra o valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As re-						
transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 2 de março de 2017.						
Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0 José Luiz de Faria - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.						

continua